

CONFLITOS NO
**CAMPO
BRASIL**
2015



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2015
É uma responsabilidade do Centro de
Documentação Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Goiânia-GO
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Site: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado
à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça
e da Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo – Brasil 2015 [Coordenação:
Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago
Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional –
Brasil, 2015. 240 páginas: fotos, tabelas
Vários autores.
Indexado na Geodados – www.geodados.uem.br
ISSN 1676-661X

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no Campo.
3. Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e
Legislação Ambiental. I. Canuto, Antônio;
coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva,
coord. III. Andrade, Thiago Valetim Pinto,
coord. IV. Comissão Pastoral da Terra V.
Título

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente
D. André Marie Gerard Camilla de Witte – Vice-presidente

Coordenação Executiva Nacional

Jean Ann Bellini
Paulo César Moreira dos Santos
Ruben Alfredo de Siqueira
Thiago Valentim Pinto Andrade

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Cássia Regina da Silva Luz
Leonardo Vinicius Pires da Silva
Márcio Antônio Cruzeiro
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Conselho Editorial

Secretaria Nacional

Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Cristiane Passos Melo e Silva
Elvis Fagner Ferreira Marques
Leonardo Vinicius Pires da Silva
Márcio Antônio Cruzeiro
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Regionais

Leila Cristina Lemes dos Santos Moraes – Goiás
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima/Daniela Dias de Souza/Darlene Braga Martins/Sara Braga Martins/Rafael Lima dos Santos – Acre
Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Diogo Diniz Ribeiro Cabral/Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão
Andréia Aparecida Silvério dos Santos/José Batista Gonçalves Afonso – Pará
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia
José Valmecci de Souza – Santa Catarina
Dirceu Fumagalli/Isabel Cristina Diniz/Juvenal José da Rocha – Paraná
Ilza Franca – Ceará
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas
Leticia Aparecida Rocha – Minas Gerais
Elizabeth Fátima Flores – Mato Grosso
Marluce Melo/Renata Costa César de Albuquerque/Renata Érica de Figueiredo
Ataide – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Gregório F. Borges – Piauí
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Evanir José Albarello – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp
Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves
Geógrafo – UFF
Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Sociólogo – UFG

Assessoria Administrativa

Tânia Maria Rocha de Oliveira
Elídia Moraes Aguirre

Revisão

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e Setor de Comunicação da
Secretaria Nacional

Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos Melo e Silva

Foto Capa

Joka Madruga

Organização e seleção de documentos

Soledade Sousa de Almeida

Apoio:

PPM Pão Para o Mundo
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
Misereor

DEDICATÓRIA

Há 40 anos...

PADRE RODOLFO LUKENBEIN e o ÍNDIO BORORO SIMÃO foram assassinados na Terra Indígena Merure, MT, no dia 15/07/1976, em defesa do território dos Bororo.

PADRE JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER, entrou na casa do Pai no dia 12/10/1976, assassinado ao interceder por duas mulheres presas e torturadas, em Ribeirão Cascalheira, MT.

“A morte violenta foi o coroamento de uma vida que não lhe pertencia mais”, disse Dom Pedro Casaldáliga.

Há 30 anos...

Negro, filho único de uma mulher viúva, aos 33 anos, em 10 de maio de 1986, tombava por bala assassina PADRE JOSIMO MORAES TAVARES, mártir da Pastoral da Terra no Bico do Papagaio, TO.

“A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados e despejados de suas terras. Deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar. Morro por uma causa justa”, profetizou ele, 13 dias antes na Assembleia Diocesana de Tocantinópolis, TO.

Há 20 anos...

O sangue de 19 TRABALHADORES SEM TERRA regou a terra na “Curva do S”, em Eldorado dos Carajás, PA, no dia 17/04/1996. Sangue que fez brotar sementes de resistência e luta mundo afora e que gerou o DIA INTERNACIONAL DA LUTA CAMPONESA.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Metodologia	9
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo – 2006 – 2015.....	20

CONFLITOS NO CAMPO

Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?.....	22
<i>Cássia Regina da Silva Luz</i>	
Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta.....	28
<i>Arioaldo Umbelino de Oliveira</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo.....	43
Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo	78
<i>Juliana Malerba</i>	

TERRA

Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil.....	86
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Danilo Pereira Cuim, Leandro Teixeira Leal, Marlon Nunes Silva e colaboradores</i>	
Tabela 3 – Violência contra a Ocupação e a Posse (síntese).....	99
Conflitos agrários, protagonismo camponês e ocupações de terra no Brasil	100
<i>José Paulo Pietrafesa</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra (síntese).....	109

ÁGUA

A dança dos números nos conflitos pela água	112
<i>Antônio Claret Fernandes</i>	
Tabela 5 - Água (síntese).....	118

TRABALHO

Seria o Estado a besta fera da vez?	120
<i>Cristiane Passos Melo e Silva</i>	
Tabela 6 – Conflitos Trabalhistas (síntese).....	125

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Os calvários dos tempos atuais	128
<i>Romi Márcia Bencke</i>	
Tabela 7 - Violência contra a Pessoa (síntese)	132
Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada	133
<i>Marcelo Firpo Porto, Diogo Ferreira da Rocha, Tânia Pacheco</i>	
Tabela 8 – Assassinatos	142
Tem cheiro de sangue na terra - camponeses brasileiros entre a violência e a injustiça	144
<i>Diogo Diniz Ribeiro Cabral</i>	
Tabela 9 - Tentativas de Assassinato.....	151
A pílula dourada do agrohidronegócio, o Matopiba	153
<i>José Plácido da Silva Junior, Isolete Wichinieski e Saulo Barros da Costa</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de Morte.....	159

MANIFESTAÇÕES

Ataque aos direitos dos povos do campo	166
<i>Marco Antônio Mitidiero Júnior</i>	
Tabela 11 – Manifestações (síntese).....	176
As Jornadas de Agroecologia na construção de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos	177
<i>Ceres Luisa Antunes Hadich, José Maria Tardin, André Dallagnol, Jakeline Furquim Pivato</i>	

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Notas.....	185
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	226
Fontes de Pesquisa	233

APRESENTAÇÃO

2015 passou. Um ano pesado, tenso, violento. Ano que acabou mergulhado, literalmente, num mar de lama, pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, cujos acionistas principais são BHP (mineradora anglo-australiana) e a Vale. A avalanche de lama matou 19 pessoas, destruiu todo o povoado de Bento Rodrigues, e foi destruindo tudo o que encontrou pela frente, casas, pomares, pastagens, roças, afetando barbaramente a vida de dezenas de comunidades que viviam às margens do Rio Doce, e dele sobreviviam. A lama tóxica tornou a água imprópria para o consumo humano, afetando o abastecimento de cidades situadas à margem do rio que foi doce.

Sobretudo por essa catástrofe, é que o estado de Minas Gerais acabou concentrando 40% dos conflitos pela água, 54 ocorrências de um total de 135. Número este o mais elevado desde que a CPT iniciou o registro em separado dos conflitos pela água, em 2002.

Mas, como disse nota da CPT emitida no final do ano, “tão ou mais grave que o mar de lama da Samarco em Mariana, Minas Gerais, é o mar de lama que escorre do mundo da política. Pois enquanto a lama da Samarco afeta a bacia do Rio Doce, a que escorre do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e de gabinetes de Brasília e dos estados, afetam sonhos e esperanças de toda nação brasileira, sobretudo dos mais pobres”.

A grave crise econômica e, sobretudo, a não

menos grave crise política que o Brasil viveu em 2015, deixaram claro que os interesses corporativos e partidários se sobrepuseram aos interesses do país e de seu povo. Uma avalanche de insinuações, acusações, denúncias deixou o governo encurralado, sem ação, refém de conchavos e ameaças. E como muito bem afirmou Mitidiero nesta publicação, “esse momento de crise política profunda serviu como uma fenda bem larga para avançar ao máximo em conquistas institucionais e legislativas em favor dos seus interesses (dos ruralistas) sendo parte desses interesses a destruição, relativização ou relaxamento de leis que garantem a realização da reforma agrária, da decretação de Terras Indígenas e de territórios quilombolas e da legislação trabalhista, engolindo todos os antagonismos de classe em favor apenas de uma das classes, a dos proprietários de terra, os ruralistas”. Pela primeira vez, Conflitos no Campo Brasil traz o quadro dos projetos que tramitam no Congresso Nacional que visam a desconstrução dos direitos dos povos do campo.

E este clima de crise política, artificial e interessadamente mantido, propiciou que a violência no campo se mantivesse e se ampliasse. Em 2015, 50 pessoas foram assassinadas no campo, o maior número de vítimas desde 2004, e 39% a mais do que em 2014, quando foram registrados 36 assassinatos.

Como em anos anteriores, a violência se concentrou de forma, pode-se dizer espantosa, na Amazônia, onde foram computados 47 dos 50 assassinatos – 20 em Rondônia,

19 no Pará, 6 no Maranhão, 1 no Amazonas, 1 no Mato Grosso -; 30 das 59 tentativas de assassinato; 93 das 144 pessoas que receberam ameaças de morte; 66 dos 80 camponeses presos. E ainda 20.000.853 dos 21.374.544 hectares em conflito.

527 dos 998 conflitos por terra também lá ocorreram, com destaque para o Maranhão com 120, 99 no Pará e 83 em Rondônia.

A mineração, as hidrelétricas e as madeiras se expandem exigindo do poder público a construção de linhões, portos, o asfaltamento e abertura de estradas e de hidrovias, e, conseqüentemente, a valorização das terras. Está pronto o caldo para o aumento e o acirramento dos conflitos e, sobretudo, para o crescimento da concentração da propriedade latifundiária.

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira mostra como no decorrer dos últimos anos a concentração fundiária cresceu, acrescentando mais 97,9 milhões de hectares às grandes propriedades, graças, sobretudo, à ação de uma banda podre de funcionários do Incra que “foram os responsáveis diretos pela manipulação deslavada das Estatísticas Cadastrais e, portanto, do próprio Cadastro, para permitir que os grileiros das terras públicas pudessem conseguir sua regularização através do Programa Terra Legal”.

Também crescem os conflitos provocados pelo uso de agrotóxicos. 23 casos de contaminação em 2015, com 4.267 famílias afetadas. “O maior número já registrado em um único ano”. “Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada” é o texto

que marca o início de uma parceria entre CPT e Fiocruz na construção do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

Neste quadro de conflitos e de violência, já há alguns anos ganham destaque o que se chama de populações tradicionais, as que têm uma relação com a terra-natureza, não mercadológica. Segundo Carlos Walter, “no Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária”. E também surgem outros grupos sociais como os “Atingidos por Barragens, Atingidos pela mineração, Atingidos pelo linhão. São Atingidos, o que indica que sua identidade está marcada pela violência que sofrem e não por alguma memória geográfica e culturalmente situada”.

A permanência dos conflitos no campo, o recrudescimento da violência, sobretudo dos assassinatos, estão a exigir uma batalha muito forte e eficaz pela Justiça. Justiça que, nas palavras da pastora Romi Bencke, “não significa o que é certo. Justiça é muito mais. A Justiça, desde a perspectiva bíblica, é o que move. Justiça é a perspectiva e o parâmetro com os quais se decide o que é justo. Nesse sentido, os valores que orientam uma sociedade são decisivos [...]. O amor de Deus e a sua Justiça tornam os seres humanos livres para assumir sua história. Assumir a história é posicionar-se frente ao que impede a concretização plena da Justiça”.

A Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional



Foto: João Zinclar

Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada

Marcelo Firpo Porto¹

Diogo Ferreira da Rocha²

Tania Pacheco³

1. O veneno da “revolução verde”: dependência e expansão do uso de agrotóxicos no Brasil

A agricultura industrial capitalista que marca o agronegócio faz parte da inserção brasileira no comércio internacional den-

tro da globalização da economia mundial em curso nas últimas décadas com foco na exportação de *commodities* agrícolas como soja, carnes e mesmo biocombustíveis como o álcool. Tais produtos têm seus preços controlados por bolsas de mercadorias localizadas nos países centrais que definem os preços globais.

Marcado pelo contraditório nome de “Revolução Verde”, esse modelo hegemônico está baseado em monocultivos de grande extensão com intensa mecanização e dependência dos agroquímicos, ou seja, fertilizantes e agrotóxicos. Para seus defensores, a agricultura camponesa e familiar está baseada em conhecimentos

¹ Pesquisador da ENSP/FIOCRUZ, coordenador do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

² Doutorando da ENSP/FIOCRUZ, pesquisador do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

³ Coordenadora executiva do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

rudimentares, e propostas como a agroecologia, que atua em sintonia com os agroecossistemas a partir da sabedoria camponesa privilegiando os ciclos naturais e o uso de recursos internos como as sementes crioulas, não poderiam competir com a produtividade alavancada pela tecnologia moderna. Mais recentemente as novas biotecnologias introduziram sementes transgênicas pelas mesmas empresas que fabricam os agrotóxicos, já que várias plantas transgênicas são desenvolvidas para serem resistentes a certos agrotóxicos, potencializando o uso destes, assim como para serem inférteis e criarem uma maior dependência dos agricultores às corporações que controlam os insumos.

Porém, a aparente superioridade da agricultura industrial capitalista esconde inúmeros impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e de saúde, ao mesmo tempo em que invisibiliza e desvaloriza os séculos de conhecimento acumulado pela agricultura familiar camponesa. O modelo hegemônico compete por terras e busca eliminar ou subordinar a agricultura familiar e camponesa à sua lógica. Além de concentrar renda, gerar conflitos por terra com inúmeras violências associadas, dificultar a reforma agrária, afetar a segurança e soberania alimentar, e expulsar agricultores do mundo rural, este modelo produz inúmeras ameaças à sustentabilidade ambiental e de saúde, associadas às iniquidades sociais que vulnerabilizam diferentes territórios e populações na sua condição de trabalhadores e moradores de áreas afetadas.

São atingidos por este modelo, além de indígenas, as diversas categorias de cam-

poneses e de comunidades tradicionais, como quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e agricultores familiares. Todos praticam cultivos que, em muitos casos, vão além dos de subsistência. E mesmo as populações urbanas são afetadas pelo preço dos alimentos e a contaminação química. A forma de explorar a terra com monocultivos gera fortes impactos sobre os ecossistemas locais, regionais e globais, pois causa desmatamento, elimina a biodiversidade, exaure e contamina o solo e a água.

Um aspecto importante do modelo relacionado aos conflitos no campo é o uso de agrotóxicos, já que os monocultivos implicam em redução da biodiversidade e técnicas artificiais de lidar com o crescimento dos plantios. O desequilíbrio assim produzido é enfrentado por uma verdadeira guerra química, cuja arma principal são os agrotóxicos. Quaisquer plantas e insetos no ambiente são vistos como pragas, inimigos a serem enfrentados. Aliás, a origem dos agrotóxicos remonta à indústria da guerra: os experimentos mortais com o gás mostarda na I Guerra Mundial e a continuidade dessas pesquisas encontram-se na base da futura indústria de venenos que passou a ser um dos pilares da “Revolução Verde”. Como dizia a ambientalista Rachel Carson, autora do clássico “Primavera Silenciosa”, publicado em 1962 nos EUA, a dúvida é se a civilização pode mesmo travar esta guerra contra a vida sem se destruir e sem perder o direito de se chamar de civilizada, pois caminha na direção do que o equatoriano e sanitarista Jaime Breilh denomina de economia da morte, baseada na exploração do traba-

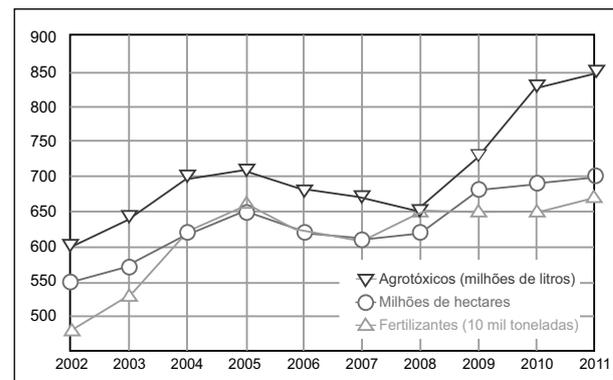
lho e aniquilação da natureza. O *Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (Carneiro et al. 2015) afirma que os agrotóxicos podem ser compreendidos como “*armas de uma guerra não declarada, cujas vítimas humanas e não humanas são ocultadas por uma ciência cerceada por interesses econômicos ou justificadas por esta mesma ciência como efeitos colaterais do emprego de uma tecnologia apresentada como indispensável*”.

Nos últimos anos vemos disparar o consumo de agrotóxicos no Brasil: desde 2008 passamos a carregar o triste título de maiores consumidores do mundo. O processo de consumo de agrotóxicos foi iniciado no país antes mesmo da ditadura militar, mas é neste período que se intensifica a partir de inúmeras medidas, como a isenção de impostos como o Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM), o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e das taxas de importação de produtos não produzidos no Brasil e aviões de uso agrícola. Além disso, ampliou-se o crédito agrícola subsidiado e a compra de agroquímicos, condicionando-se o primeiro ao segundo, com o aumento crescente das vendas de agrotóxicos no período.

A partir da década de 80 houve uma ampliação da fronteira agrícola, principalmente no cerrado brasileiro, bioma que concentra os principais incrementos da produção agrícola desde então. Além disso, novas áreas antes usadas pela agricultura familiar foram incorporadas ao agronegócio, e somente entre 1978 e 1998 o uso dos herbicidas teve um cres-

cimento de 540%, especialmente na cultura de soja, que passou a ser um importante produto de exportação. Entre os anos 1990 e 2005 a soja representou 36% da área plantada e um volume de uso de agrotóxicos de 50% no total das vendas, contra 11% do milho, em uma área que equivale 18% do total plantado no país, mostrando que os grãos, em especial a soja, puxaram o consumo de agrotóxicos no país nas duas últimas décadas (Porto e Soares, 2011), conforme mostra a figura a seguir.

Figura 1: Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, 2002-2011



Fonte: Dossiê Abrasco (Carneiro et al. 2015)

A reboque desse extraordinário aumento no uso de veneno, a contaminação ambiental de trabalhadores e moradores de áreas próximas, além de consumidores de alimentos, passaram a se tornar um grande problema de saúde pública e tema prioritário para movimentos sociais do campo e da cidade, a ponto de em 2011 ter sido criada a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida por várias organizações e movimentos sociais, gerando inúmeras manifestações que serão melhor analisadas mais à frente.

2. Os casos de contaminação por agrotóxicos registrados pela CPT

Desde 1985 a CPT publica anualmente os registros de Conflitos no Campo. Sua principal preocupação foi a de registrar os conflitos envolvendo a luta pela conquista do direito à terra e pela permanência nela, bem como as violações dos direitos trabalhistas, abrangendo trabalhadores rurais. No contexto destes conflitos, desde a década de 1980, surgiram casos de contaminação por agrotóxicos que foram registrados, mas que não tiveram muito destaque. Eram fatos que mostravam os efeitos avassaladores do avanço da agricultura industrial químico-dependente sobre o meio ambiente dos territórios tradicionais e camponeses, e a saúde dos povos e comunidades que neles vivem. De 1985 até 2014, o número de conflitos envolvendo vítimas da contaminação por agrotóxicos cresceu mais de 300%. Passaram de cerca de 15, no período de 1985 a 1989, para 63 casos no período de 2000 a 2014. O número de famílias afetadas cresceu 10% no mesmo período, passando de 3.775 famílias na década de 1980 para 4.189 nas primeiras duas décadas do século XXI. Durante todo o período, mais de 60% das ocorrências de contaminação por agrotóxico nas zonas rurais estavam relacionadas com contextos de disputas por terra e território, principalmente envolvendo trabalhadores rurais, arrendatários, camponeses, e, em menor número, os povos indígenas.

Em 2015, foram registrados 23 casos de contaminação por agrotóxicos, sendo 12 no contexto de conflitos por terra, oito relacionados a conflitos por água e 3 a con-

flitos trabalhistas. O que chama a atenção é o número de famílias afetadas, 4.267. O maior número já registrado em um único ano.

A magnitude dos registros varia enormemente. Há desde um extenso caso de contaminação química ocorrido em Tenente Portela/RS, no qual cerca de 3.000 famílias Kaingang da Reserva Indígena Guarita foram contaminadas por agrotóxicos em janeiro de 1989, até casos localizados de trabalhadores rurais individuais que foram contaminados por essas substâncias. O que os dados apontam, contudo, é que independentemente da grandeza de cada episódio ou caso, há uma crescente exposição das populações rurais a contaminantes perigosos, presentes em seus locais de trabalho, no ar, nos rios ou na terra. Muitas vezes são aspergidos pelas próprias famílias, influenciadas pelo grande incentivo ao uso, fato agravado pela falta de medidas de proteção ou de debates a respeito de alternativas mais sustentáveis de convívio e controle de animais e plantas, que harmonizem a produção agrícola com as características dos agroecossistemas. Outras vezes a aplicação se dá através de grandes equipamentos industriais de dispersão, como o uso de aviões na pulverização aérea que frequentemente afeta diretamente milhares de pessoas simultaneamente. Algumas vezes, ainda, o uso de agrotóxicos é uma estratégia de fazendeiros e produtores rurais para pressionar a saída de trabalhadores rurais sem terra, camponeses ou indígenas das áreas em disputa, transformando os venenos em arma de guerra química e criminosa.

Os dados da CPT também apontam outras

formas de violência e de violação dos direitos humanos nesses contextos, onde apesar do uso dos agrotóxicos serem apontados, por seus defensores, como parte de um pacote tecnológico que modernizaria a produção agrícola, ainda se convive com formas arcaicas de relações de trabalho. Em muitos casos registrados pela CPT, a contaminação por agrotóxicos se deu em imóveis rurais que faziam uso de mão de obra em situação de escravidão. De 2000 a 2015, a CPT registrou 51 ocorrências de contaminação por agrotóxicos que afetaram diretamente 859 trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão.

3. Conflitos e contaminações coletivas

Os dados da CPT referentes aos conflitos rurais que envolvem direta ou indiretamente o uso de agrotóxicos mostram um longo histórico do papel desta tecnologia no campo brasileiro: de subsídio ao uso paramilitar, passando pelo crescente uso e a exposição involuntária com casos de intoxicações agudas ou crônicas. Os agrotóxicos se tornaram parte inerente dos processos de expropriação de terras, territórios tradicionais e avanço do agronegócio.

Os agroquímicos desempenham diversos papéis nas ações de fazendeiros e das empresas agropecuárias nas disputas que travam com os indígenas, comunidades tradicionais, comunidades camponesas e movimentos sociais do campo.

Basicamente os conflitos envolvendo povos indígenas se centram na disputa pela terra, incluindo tanto o agronegócio

quanto grileiros e pequenos agricultores. A política de demarcação de terras indígenas vigente a partir da Constituição de 1988 estabelece certo número de garantias legais. Porém, no decorrer da história, desde a invasão pelos europeus, até o momento da nova Constituição o que se assistiu foi a um grande processo de esbulho dos territórios indígenas. Um exemplo gritante são os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, que em pleno século XX foram expropriados de suas terras e confinados a minúsculos espaços, ou obrigados a perambular por diversas áreas em busca de um local propício para se estabelecerem. Nessa peregrinação foram expostos a contaminação ambiental por agrotóxicos, já que as novas terras se avizinhavam a fazendas ou a diversas comunidades de pequenos agricultores que já os utilizavam, na maioria das vezes sem quaisquer preocupações com os efeitos da sua dispersão pelo meio ambiente, uma vez que a indústria e o governo apresentavam os agroquímicos como “remédio” benéfico ao homem do campo e à lavoura.

Em 1990, uma carga de furadan – uma marca comercial de inseticida que possui como ingrediente ativo o carbofurano, de classe toxicológica I (extremamente tóxico) e proibido na Europa e Califórnia - foi lançada sobre TI Sangradouro, no Mato Grosso, em pulverização aérea. Pelo menos 57 indígenas Xavante foram intoxicados, atacados por fortes febres e diarreias, depois de beberem a água do córrego da Alminha e da Lagoa Encantada.

Situações similares são enfrentadas também por outros grupos de trabalhadores

rurais e camponeses. Com frequência os históricos dos casos registrados pela CPT apontam essa convergência entre os conflitos por terra e as denúncias dos impactos relativos aos usos - agrícolas ou criminosos - dos agrotóxicos. Em alguns casos, os agroquímicos figuram como instrumento de pressão sobre aqueles que disputam as terras com os fazendeiros, na maioria das vezes trabalhadores rurais sem terra. Jogados na água ou lançados intencionalmente por aviões, os agrotóxicos se tornam armas químicas nas mãos de pessoas inescrupulosas.

Outra situação comum nesses casos é a total falta de preocupação dos fazendeiros ou das empresas agrícolas com a saúde de seus trabalhadores. Substâncias altamente perigosas são armazenadas nas mesmas áreas disponibilizadas para os trabalhadores dormirem. Mais: ora as aplicações são realizadas sem qualquer equipamento de proteção, ora os trabalhadores são obrigados a ocupar postos em instalações que foram recentemente pulverizadas com substâncias altamente tóxicas, se expondo a casos de intoxicação crônica, como nas denúncias envolvendo a Brazil Flowers, em Barbacena/MG, uma empresa alemã produtora de rosas, denunciada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais da região.

Por outro lado, os agrotóxicos não constituem risco apenas por contato direto. São frequentes as denúncias de comunidades e famílias intoxicadas por substâncias carregadas pela água ou que se dispersam pelo vento, principalmente nos locais onde se utiliza a pulverização aérea.

Esses riscos à saúde acabam se tornando mais uma forma de violência num contexto marcado pelas injustiças e pela sobre-exploração do trabalhador do campo. Denúncias de trabalho escravo, trabalho infantil, jornadas exaustivas de trabalho, ameaças, tentativas de assassinato e assassinatos consumados figuram lado a lado com os impactos da tecnologia na maioria dos casos. Além dos riscos inerentes à própria composição química das substâncias empregadas nas lavouras, estes são potencializados por práticas sociais violentas e pelo processo de invisibilização social dos problemas sofridos pelas populações do campo no Brasil.

O novo milênio não trouxe melhorias significativas na qualidade de vida da população do campo brasileiro no que tange aos agrotóxicos, em que pese políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Apesar das denúncias terem alcançado uma visibilidade muito maior, os problemas permanecem graves e urgentes.

Os assassinatos e as denúncias do uso da pulverização aérea como arma de dissuasão dos trabalhadores rurais acampados nas proximidades das propriedades reivindicadas para a reforma agrária, se multiplicaram neste novo século. As mobilizações dos Ministérios Públicos e investigações também aparecem agora com mais frequência, bem como o apoio de parlamentares, movimentos sociais e organizações não-governamentais aos trabalhadores rurais ou camponeses envolvidos. E a CPT permanece como instrumento fundamental na mediação desses conflitos.

Uma novidade nos casos mais recentes é

o fato de que agora, além de expressarem a luta pela terra, com frequência também apresentam um importante componente de crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico no campo. Não se luta apenas por um pedaço de chão em determinado lugar, mas também para que todo o entorno esteja igualmente livre de contaminação. A produção de alimentos ainda é o centro da ação dos movimentos sociais camponeses, mas agora essa produção vem qualificada: saudável, agroecológica, orgânica ou sustentável. Os agrotóxicos deixam de ser mero instrumento do produtor rural e passam a ser vistos e apresentados publicamente como um problema a ser enfrentado. Uma tecnologia a ser substituída por alternativas mais saudáveis e menos impactantes ao meio ambiente e à saúde de todos.

Aos casos envolvendo a luta pela terra e contra os impactos do uso dos agrotóxicos vêm se somar os conflitos envolvendo o uso e a privatização da água.

O estabelecimento de perímetros irrigados no semiárido se tornou, por várias razões, um processo desencadeador de conflitos. Frequentemente famílias acostumadas à produção para subsistência com um pequeno excedente comercializável são pressionadas a assumir um lugar na cadeia produtiva da fruticultura de exportação ou outra *commoditie*. O pacote tecnológico da revolução verde se torna ainda mais complicado pela falta de capacitação para lidar com a nova situação. Não raro, isso resulta em situações nas quais a produtividade da lavoura fica aquém do esperado ou as famílias acabam se intoxicando pelo uso dos agrotóxicos. O sistema é domina-

do por grandes grupos empresariais que monopolizam o fornecimento dos insumos e a compra da produção.

4. Resistências, alternativas e manifestações: agroecologia e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Os dados coletados e registrados pela CPT mostram que comunidades camponesas, os movimentos sociais e, pelo menos, parte da sociedade, estão tomando consciência em relação aos perigos que os agrotóxicos representam. Este fenômeno pode ser comprovado pelo número de manifestações públicas que incluem o combate aos agrotóxicos como um dos itens de sua pauta, quando não é o central.

As manifestações contra os agrotóxicos começaram a ter registros mais detalhados a partir de 2011, quando foi criada a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Não que anteriormente não tivesse havido manifestações e mobilizações contra os agrotóxicos, mas a partir daquele ano cresce exponencialmente seu número.

De 2011 a 2015, foram registradas 278 manifestações contra os agrotóxicos com a participação de 156.962 pessoas. Olhando 2015 em separado, 32.995 pessoas participaram em 62 manifestações. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, tem alimentado estes atos.

Como indica o Dossiê da Abrasco sobre Agrotóxicos (Carneiro, 2015), a Campanha foi lançada no Dia Mundial da Saúde em 07 de abril de 2011 por uma ampla

frente de movimentos sociais do campo e da cidade. É constituída por mais de vinte Movimentos Sociais e Redes incluindo a Via Campesina, a própria CPT, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar. Também fazem parte da Campanha 14 escolas, universidades e instituições de pesquisa de âmbito nacional e regional; 20 organizações vinculadas ao movimento sindical e entidades de classe; 49 entidades, ONGs, assessorias, associações e cooperativas; além de organizações vinculadas ao movimento estudantil e ao legislativo. Um dos ícones da Campanha foram os documentários denominados O Veneno está na Mesa 1 e 2, do cineasta Silvio Tendler, que circularam o país e até hoje são uma referência importante para o debate nacional.

No portal da Campanha na internet⁴ é possível obter inúmeras informações, documentos e vídeos, incluindo as razões das críticas aos agrotóxicos e do apoio à agricultura familiar camponesa e agroecológica como principal alternativa para a produção de alimentos saudáveis e sociedades mais justas.

Dentre os objetivos da Campanha destacam-se:

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas).
- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite o meio ambiente.
- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.
- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica.

As 278 manifestações registradas pela CPT desde 2011 mostram a presença da Campanha na maior parte dos estados. O Nordeste é a região com maior número de manifestações. O Sul, porém, é a região, puxada pelo estado do Rio Grande do Sul, com o maior número de participantes. Um aspecto importante das manifestações é que a luta contra os agrotóxicos e os transgênicos passa a se articular com outras lutas, pautando movimentos e ações relacionadas à reforma agrária, à convivência com o semiárido, pela defesa

⁴ (<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>)

da água e do meio ambiente, contra a injustiça, a violência e a impunidade.

Diante do poderio econômico e político do agronegócio, contudo, tais lutas não são fáceis e continuarão ainda por mui-

to tempo. Daí inclusive o nome de Campanha Permanente. O sucesso de futuras conquistas dependerá da continuidade da organização e luta das várias entidades e movimentos sociais envolvidos.

Referências

Carneiro, Fernando Ferreira, et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Porto, Marcelo Firpo, Tania Pacheco, Jean Pierre Leroy. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

Porto, Marcelo Firpo e Wagner Lopes Soares. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 37.125 (2012): 17-50.